



DIÁLOGO A FONDO

El blog del FMI sobre temas económicos de América Latina



Integração na América Latina: é hora de dar passos mais firmes

Rodrigo Valdés

29 de novembro de 2017



Porto de Valparaíso, Chile (foto: Julio Etchart/Robert Harding/Newscom)

O comércio intrarregional latino-americano é surpreendentemente pequeno em comparação com a Europa ou a Ásia. Até mesmo a África apresenta números mais expressivos. Nesses tempos de baixo crescimento do comércio mundial — 1,9% ao ano de 2012 a 2016 frente a 7,5% de 2003 a 2007 — muitos se perguntam se estamos desperdiçando uma oportunidade. Essa questão ganha ainda mais importância diante do atual sentimento antiglobalização que se vê em vários países desenvolvidos.

São várias as razões que explicam a reduzida integração na região. A existência de tarifas comerciais em alguns países importantes, a fragmentação dos acordos comerciais, a infraestrutura deficiente e uma estrutura produtiva parecida, com forte participação das matérias-primas, dificultam um intercâmbio mais vigoroso. Mas a região tem potencialidades para uma maior e melhor integração.

Na direção certa

No início deste mês, o Departamento do Hemisfério Ocidental do FMI organizou uma conferência muito útil sobre integração econômica. Três organismos multilaterais – FMI, Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) – desenvolveram pesquisas valiosas recentemente e enriqueceram a conferência com excelentes apresentações. Das conferências de que já participei, foi aquela em que mais aprendi.

Se nos integrarmos, daremos um passo na direção certa. Há evidências robustas de que a integração comercial, tanto regional como mundial, contribui para o crescimento e não piorou a distribuição de renda nos países que abriram suas economias. A passagem do percentil 25 para o 75 na integração resulta em aumentos de 1% a 2% no crescimento per capita nos cinco anos seguintes. Embora o coeficiente de Gini (que varia de 0 a 1, com os valores menores a indicar maior igualdade) tenha aumentado em quase todas as regiões, o aumento foi bem menor nos países que se tornaram mais abertos recentemente.

Temos vários problemas. A região tem um emaranhado de acordos com regras diferentes, o que dificulta a exportação para vários países. O Mercosul mantém tarifas relativamente altas e semelhantes às aplicadas 20 anos atrás. Além disso, de modo geral, a região mantém um espaço muito maior do que o resto do mundo entre as tarifas vigentes e as tarifas máximas que poderiam ser aplicadas. E embora as exportações tenham crescido, ao que parece exigem menos capital humano para sua produção do que no passado.

Oportunidades e gargalos

Os países da região teriam muito a ganhar se conseguissem abrir mais suas economias. A estratégia regional é uma etapa nesse processo e não deve substituir o objetivo final: a globalização da região. São grandes as oportunidades de harmonização e redução dos custos comerciais.

Isso me leva a cinco pontos que procurei frisar na minha própria apresentação na conferência e que, com base na minha experiência prática, concentram-se no que vejo como oportunidades e gargalos.

Primeiro, temos que tirar proveito de formas de integração menos tradicionais, que vão além do comércio. Certas indústrias de bens não comercializáveis são muito mais eficientes em um país do que em outros. O investimento direto nessas áreas pode ser magnífico, e a boa notícia é que está ocorrendo. No caso do meu país (Chile), o varejo é um bom exemplo. Os bancos brasileiros são outro. Também precisamos ver a imigração como uma grande oportunidade. O movimento dos fatores de produção supera o comércio.

Segundo, a agenda da Aliança do Pacífico nos mostra que não é tão fácil avançar, mesmo em um grupo de países relativamente homogêneo na sua maneira de ver a globalização. Mas, passo a passo, isso é possível. De fato, os países concordaram em acelerar seus compromissos de reduzir as tarifas bilaterais em 2015, bem como de eliminar as exclusões. Hoje, apenas o açúcar tem uma proteção importante em dois países. Nos últimos dois anos, também conseguimos fazer com que os quatro países da Aliança reconhecessem as emissões de títulos de renda fixa e renda variável nos demais países, simplificamos o

tratamento tributário dos investimentos transfronteiriços dos fundos de pensão e chegamos a um acordo sobre a arquitetura para um passaporte de fundos de investimento, entre outras coisas.

Terceiro, a região precisa se preparar melhor e contar com mais recursos humanos nessas áreas, sobretudo nos ministérios das finanças. Se, por algum motivo, nossos líderes decidissem implantar efetivamente um processo de integração, receio que não conseguiríamos. Os organismos multilaterais podem nos ajudar muito nesse sentido.

Quarto, cabe aqui uma declaração politicamente incorreta, porém realista. Sem o Brasil, nosso gigante regional, atuando com convicção à frente desse processo, não podemos esperar muito. A importância relativa do Brasil no contexto da América do Sul é maior que a da Alemanha, França e Itália juntas na Europa. Uma mudança de fato passa pela convergência do Mercosul e da Aliança do Pacífico. Mas meu receio é que o Brasil ainda não esteja plenamente convencido das vantagens de uma economia aberta. Há questões políticas em jogo, um histórico já razoável de êxito de uma estratégia de crescimento “voltada para dentro” e um poderoso lobby protecionista. Espero que as lideranças brasileiras vejam os trabalhos apresentados na conferência.

Quinto, já passamos tempo demais procurando um *Big Bang*. Temos um número excessivo de acordos de livre comércio e de associações de países. Não precisamos de mais clubes. Precisamos de liderança política e de simplificação. Podemos começar juntando os grupos mais parecidos entre os 33 acordos vigentes entre os 26 membros regionais do BID.

Rodrigo Valdés é Professor Associado da Escola de Governo da Pontifícia Universidade Católica do Chile. Foi Ministro da Fazenda do Chile e Subdiretor dos Departamentos da Europa e do Hemisfério Ocidental do FMI.